



**UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE**

Faculdade de Educação

Departamento de Organização e Gestão da Educação

Licenciatura em Organização e Gestão de Educação

Influência do conselho da escola no aproveitamento escolar dos alunos: Caso da Escola

Primária Completa Acordos de Roma, (2024)

Iraneth Félix Abdala Maquico

Maputo, Novembro de 2025

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EDUCAÇÃO

LICENCIATURA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EDUCAÇÃO

Influência do conselho da escola no aproveitamento escolar dos alunos: Caso da Escola

Primária Completa Acordos de Roma, (2024)

Monografia a ser apresentada no Departamento de Organização e Gestão de Educação da Faculdade de Educação, sob supervisão do Doutor Octávio José Zimbico, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Organização e Gestão de Educação.

Iraneth Félix Abdala Maquico

Maputo, Novembro de 2025

Influência do conselho da escola no aproveitamento escolar dos alunos: Caso da Escola Primária Completa Acordos de Roma

Comité de Júri

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro por minha honra que este trabalho de monografia nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que constitui o resultado da minha investigação, estando no texto e nas referências as fontes utilizadas.

(Iraneth Félix Abdala Maquico)

Maputo, Novembro de 2025

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio e colaboração de pessoas e instituições as quais a integridade me manda agradecer.

Agradecimentos especiais são dirigidos ao Dr. Octávio Zimbico que com muita paciência e zelo orientou o processo da elaboração deste trabalho desde o projecto da pesquisa à monografia.

Agradeço a todos membros do conselho da Escola Primária Completa Acordos de Roma, por terem aceite partilhar as suas percepções relativamente ao papel que, enquanto órgão máximo da escola, prestam no aproveitamento escolar dos alunos, contribuindo, deste modo, para a produção desta empreitada académica.

Aos meus colegas e ao corpo docente do curso de Licenciatura de Organização e Gestão de Educação, (OGED), na Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Eduardo Mondlane, (UEM) agradeço muito pelo apoio, colaboração e ensinamentos partilhados durante os quatros anos de formação.

De forma particular, endereço à minha sincera gratidão aos meus pais, filhos e esposo por constituírem autêntico suporte da minha carreira estudantil.

E por fim, muito kxanimambo a todos que não foram mencionados, mas que directa ou indirectamente contribuíram para este êxito.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é especialmente dedicado à minha mãe Joana Félix Calimanga e ao meu pai David Filipe (em memória) por tudo quanto fizeram em prol da minha educação e formação.

De igual modo, dedico este trabalho aos meus filhos Ilan Tárík Maquico e Syven Yago Maquico, esposo Hélder Jaime Rosinha Maquico, irmãos e amigos, como tentativa e simbólica recompensa do tempo que não lhes pude dedicar por conta do mesmo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Nível do aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma no ano de (2024).....	4
Tabela 2: Funcionamento do conselho da escola no contexto educativo moçambicano.....	16
Tabela 3: Amostra dos participantes do estudo	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Motivos que dificultam a participação dos pais e/ou encarregados de educação na escola	26
Gráfico 2: Recursos a escola dispõe atinentes a bom no aproveitamento escolar dos alunos..	27
Gráfico 3: Acolhimento das opiniões pela direcção da escola	30
Gráfico 4: Forma tem contribuído para o bom aproveitamento escolar dos alunos.....	31
Gráfico 5: Mecanismos adoptados direcção da escola	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DAE	Director Adjunto Pedagógico
FACED	Faculdade de Educação
OGED	Organização e Gestão da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINED	Ministério da Educação
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
PEA	Processo do Ensino e Aprendizagem
REGEB	Regulamento Geral do Ensino Básico
UEM	Universidade Eduardo Mondlane

RESUMO

O presente trabalho problematiza o aproveitamento escolar dos alunos a partir do papel desempenhado pelo conselho da escola enquanto órgão máximo da escola. O mesmo toma como estudo de caso a Escola Primária Completa Acordos de Roma, que no ano lectivo de 2024, teve elevado índice de reprovação. Para à sua elaboração, foi adoptada a abordagem qualitativa e quantitativa, com recurso à entrevista semi-estruturada, inquérito por questionário e análise documental como técnicas de recolha de dados. A amostra do estudo foi de 21 participantes, que perfazem o conselho escolar. A amostragem utilizada para a identificação da amostra é intencional. Do estudo feito, se pôde concluir que os factores por detrás do baixo aproveitamento escolar deve-se a incompatibilidade entre a hora do trabalho e da realização de reuniões do conselho da escola e o monopólio do director escolar em deliberar principais assuntos da gestão pedagógica. Por outro lado, conclui-se que apesar dos gestores adoptarem o estilo democrático na prática rege-se pelo autoritarismo pois prevalece a decisão do director da escola que é sustentada pelo instrumento vigente que orienta o funcionamento do conselho da escola. Por último, conclui-se que a forma como actuam os membros do Conselho da Escola na melhoria do aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma, é positiva pois antes do início das suas funções, os integrantes são submetidos à formação para a absorção de conhecimentos chaves da gestão escolar e em particular a pedagógica a qual se insere o aproveitamento escolar. Face às conclusões sugere-se, eleição de membros do conselho da escola de acordo com a competência e disponibilidade para a participação regularmente nas sessões do conselho da escola, revisão do artigo que confere a componente deliberativa ao director da escola em detrimento do presidente do conselho da escola e intensificação das formações e capacitações para melhorar a sua actuação sobretudo na gestão pedagógica escolar.

Palavras-chave: Conselho da escola, Gestão escolar e Aproveitamento escolar

Abstract

This study examines student academic performance based on the role played by the school council as the highest governing body of the school. It uses as a case study the Acordos de Roma Complete Primary School, which had a high failure rate in the 2024 school year. A qualitative and quantitative approach was adopted, employing semi-structured interviews, questionnaires, and document analysis as data collection techniques. The study sample consisted of 21 participants who serve on the school council. The sampling method used to identify the sample was purposive. The study concluded that the factors behind the low academic performance are due to the incompatibility between work hours and school council meetings, and the school principal's monopoly on deciding key pedagogical management issues. On the other hand, it is concluded that although the managers adopt a democratic style, in practice it is governed by authoritarianism, since the decision of the school director prevails, supported by the current instrument that guides the functioning of the school council. Finally, it is concluded that the way in which the members of the School Council act in improving the academic performance of the students of the Acordos de Roma Complete Primary School is positive, since before the beginning of their duties, the members undergo training to absorb key knowledge of school management and, in particular, pedagogy, which includes academic achievement. In light of the conclusions, it is suggested that school council members be elected based on their competence and availability to regularly participate in council sessions; that the article granting deliberative power to the school principal, instead of the school council president, be revised; and that training and capacity building be intensified to improve their performance, particularly in school pedagogical management.

Keywords: School Council, School Management and Academic Performance

Índice

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
DEDICATÓRIA.....	iii
LISTA DE TABELAS	iv
LISTA DE GRÁFICOS.....	v
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vi
RESUMO	vii
Abstract.....	viii
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Contextualização.....	1
1.2 Problema de pesquisa.....	2
1.3 Objectivos do trabalho	4
1.3.1 Objectivo geral.....	4
1.3.2 Objectivos específicos	4
1.4 Perguntas de pesquisa	5
1.5 Justificativa	5
CAPÍTULO 2: REVISÃO DA LITERATURA	6
2.1 Conceitos chave	6
2.1.1 Conselho da escola.....	6
2.1.2 Gestão escolar	7
2.1.3 Aproveitamento escolar.....	8
2.2 Estado da arte.....	8
2.3 Factores que influenciam no aproveitamento escolar dos alunos.....	10
2.3.1 Contexto social e familiar	10
2.3.2 Participação dos pais e encarregados de educação	11
2.3.3 Rácio professor-aluno	11

2.4 Critérios observados na constituição do conselho da escola	12
2.5 Importância da participação do conselho escolar na gestão pedagógica escolar.....	17
CAPÍTULOS DA METODOLOGIA.....	19
3.1 Descrição do local do estudo	19
3.2 Classificação do estudo quanto	19
3.2.1 Natureza	19
3.2.2 Abordagem metodológica.....	19
3.2.3 Objectivos	20
3.2.4 Procedimentos.....	20
3.3 População e amostra	20
3.1 População.....	20
3.1.2 Amostra.....	21
3.4 Instrumento de recolha de dados	22
3.4.1 Entrevista semi-estruturada.....	22
3.4.2 Análise documental.....	22
3.4.3 Questionário.....	22
3.5 Técnicas de análise de dados	23
3.6 Procedimentos da pesquisa	23
3.6 Questões éticas.....	24
CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	26
4.1 Factores que a influenciam a participação do conselho da escola no processo de ensino e aprendizagem.....	26
4.2 Estilos de liderança que ocorrem na Escola Primária Completa Acordos de Roma	28
4.2.1 Formação ou capacitação dos membros do conselho da escola em matéria relacionada com a área pedagógica	28
4.2.2 Intervenções realizadas pelo Conselho da escola visando a melhoria do aproveitamento escolar dos alunos	28
4.2.3 Participação do conselho da escola na área pedagógica	29

4.2.4 Consistência da autonomia pedagógica atribuída pelo conselho da escola	29
4.3 Modos de actuação dos membros do Conselho da Escola na melhoria do aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma.....	31
4.3.1 Reação da direcção da escola quando o conselho da escola propõe uma inovação pedagógica	32
CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES E SUGESTÕES	33
5.1 Conclusões	33
5.2 Sugestões	34
Referências bibliográficas	35
Anexo	41
Apêndice.....	42

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

No actual contexto da democratização da educação, um dos actores que exerce um papel de grande relevo no acto educativo escolar é o conselho da escola. A sua participação nesse processo resulta das reformas educacionais iniciadas no final do século XX e início do século XXI.

A propósito do assunto, Teixeira (s/d) citado por Luiz e Conti (2010) refere que a origem dos Conselhos de Escola está vinculada à luta e organização dos movimentos sociais, desenvolvidos principalmente na década de 1970 e início da década de 80, pois a escola esteve orientada por políticas centralizadoras e burocráticas e, respondendo às demandas sociais democráticas.

Em coerência com o autor acima, Souza (2006) afirma que a ideia da constituição de Conselhos de escola funda-se na tese da democratização da gestão educacional, uma vez que se trata de um mecanismo de participação colectiva nos processos de gestão da educação pública com vista a promoção e melhoria da relação Governo e Comunidades.

No que diz respeito ao contexto educativo moçambicano, o conselho de escola foi introduzido através do diploma ministerial 54/2003 e revogado pelo diploma 46/2008. Este dispositivo advoga que o conselho da escola é um órgão cujo carácter fiscalizador e deliberativo de todo acto educativo.

À luz do dispositivo acima, o Conselho da Escola é o órgão máximo do estabelecimento de ensino, isto é, todas as actividades escolares são por ele analisadas e aprovadas. Entretanto, na actualidade, com a vigência do Manual de Apoio ao Conselho da Escola Primária de 2015, o conselho da escola apesar de se designar um órgão máximo, apenas tem carácter de consultivo, monitor e fiscalizador das actividades de ensino.

Analisadas as atribuições do conselho escolar, Paro (2002) afirma que não basta instituir um órgão com a participação de professores, funcionários, alunos e pais e/ou encarregados de educação, mas a autoridade máxima ser da competência do director, pois

quando assim é esse se torna formal e inoperante. O responsável último pela escola implicaria ser o colegiado, e não o seu presidente.

Portanto, relativamente a estrutura do trabalho, o mesmo é composto por cinco (5) capítulos, sendo que o primeiro é referente a Introdução. O segundo capítulo diz respeito à revisão da literatura no qual são discutidos os conceitos-chave bem como os tópicos referentes ao tema. O terceiro capítulo debruça-se acerca da metodologia utilizada para a realização do estudo.

O quarto capítulo aborda sobre a “apresentação e análise dos dados” e o último capítulo, são apresentados a conclusão e recomendações do trabalho.

1.2 Problema de pesquisa

Em Moçambique, a ideia da democratização do ensino vigora desde 1990 através da lei n.º 6/92 de 6 de Maio revogada pela lei n.º 18/2018 de 28 de Dezembro e que no seu artigo 2 preconiza-se que há necessidade de os pais e/ou encarregados de educação, família, instituições económicas e sociais e autoridades locais participarem na provisão dos serviços educacionais.

Analisando o dispositivo que norteia o sistema educativo moçambicano se pode compreender que o aproveitamento escolar dos alunos é influenciado por vários actores que perfazem a comunidade educativa. Esta percepção é secundada por Monteiro (2015) na medida em que refere que o desempenho escolar do aluno não depende inteiramente do seu rendimento na sala de aula e da competência dos professores, mas sim de toda comunidade educativa.

No contexto escolar, a comunidade educativa pode ser compreendida na vertente do conselho da escola dado ao facto de este ser um órgão que agrega os representantes de todos actores educativos, nomeadamente: Director da Escola Representantes dos professores; Representantes dos alunos; Representantes do Pessoal técnico administrativo; Representante dos pais/encarregados Educação e Representantes da comunidade.

Ciseki (1998) afirma que quando a comunidade escolar tiver acesso às informações e lhe for garantido o seu direito à participação na tomada de decisões, ela poderá compreender melhor o funcionamento da escola e organizar-se para participar na planificação e implementação das actividades escolares.

Num estudo realizado por Ibraimo e Machado (2014), salienta-se que dada a natureza e composição do conselho da escola, este órgão se afigura o mais adequado para reagir face ao aproveitamento pedagógico escolar, embora, no nosso entender, já não detém de autonomia para o efeito visto que goza do poder consultivo e não deliberativo.

O presente trabalho problematiza o papel do conselho da escola no aproveitamento escolar dos alunos. Moçambique (2020-2029), refere que a participação dos membros do conselho escolar ainda é limitada pois alguns dos integrantes não têm capacidade de compreender e discutir os assuntos relativos à escola, o que exige uma prévia preparação para que tenham uma melhor capacidade de intervenção na vida escolar.

Nhanice (2013) aponta que os membros dos Conselhos da escola pouco se apropriam da escola, e talvez não necessariamente pela falta de vontade, mas devido à natureza e as condições em que foram institucionalizados, o que mostra ainda forte influência do segmento dos professores no tipo de decisões tomadas pelo Conselho Escolar.

Basílio (2014) comungando com a abordagem de Nhanice (2013) e Moçambique (2019), relata que a participação dos membros do conselho da escola sempre foi limitada, pois ela se concentra mais em atender às solicitações para contribuições e/ou para chamada de atenção pelo comportamento ou desempenho dos filhos, e não para fazer parte no processo de planificação e/ou tomada de decisão na escola.

Tomando como estudo de caso a Escola Primária Completa Acordos de Roma, no ano lectivo de 2024, algumas classes, registaram o baixo aproveitamento escolar dos alunos conforme a descrição na tabela abaixo.

Tabela 1: Nível do aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma no ano de (2024)

Ano	Classe	Alunos Matriculados	Alunos que reprovaram	Porcentagem de reprovação
2024	1 ^a	530	261	51%
	2 ^a	388	233	68%
	3 ^a	590	331	71%
	4 ^a	309	141	147%
	5 ^a	511	290	57%
	6 ^a	897	346	40%

Fonte: Elaborada pela pesquisadora de acordo com os dados da pesquisa

Diante das atribuições e competências do conselho da escola enquanto órgão máximo e aliado aos dados da tabela1, foi formulada a seguinte pergunta de partida: Até ponto a actuação do conselho da escola enquanto órgão máximo influencia no aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma?

1.3 Objectivos do trabalho

1.3.1 Objectivo geral

- Analisar até que ponto a actuação do conselho da escola enquanto órgão máximo influencia no aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma

1.3.2 Objectivos específicos

- Mapear os factores que influenciam no aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma
- Identificar os estilos de liderança que ocorrem na Escola Primária Completa Acordos de Roma
- Explicar os modos de actuação dos membros do Conselho da Escola na melhoria do aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma

1.4 Perguntas de pesquisa

- Quais são os factores que influenciam no aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma?
- Que modelos e estilos de liderança que ocorrem na Escola Primária Completa Acordos de Roma?
- De que forma actuam os membros do Conselho da Escola na melhoria do aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma?

1.5 Justificativa

Para a formulação do tema deste trabalho fui motivada pelo facto de, ano lectivo de 2024, algumas classes registaram um baixo aproveitamento escolar dos alunos. Este dado criou em mim a curiosidade em querer compreender que papel o conselho da escola enquanto órgão máximo estaria a desempenhar no tocante ao aproveitamento escolar dos alunos.

Este trabalho é de extrema relevância uma vez que problematiza o papel de um órgão que estabelece um vínculo directo com a escola, sobretudo no processo de ensino e aprendizagem e consequentemente no aproveitamento escolar.

A nível institucional, a sua relevância prende-se ao facto de o mesmo abordar sobre um fenómeno que já constitui preocupação à Escola Primária Completa Acordos de Roma, por isso, as suas conclusões são mais-valia para toda comunidade escolar, com o destaque aos alunos, professores e pais e/ou encarregados de educação.

Quanto à relevância académica, por um lado, deveu-se da necessidade de contribuir com subsídios para a realização de novas pesquisas. Por outro lado, influenciar às entidades governamentais a formular políticas e estratégias conducentes à efectiva da democratização do ensino.

CAPÍTULO 2: REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Conceitos chave

2.1.1 Conselho da escola

Antes do conselho da escola, importa definir-se o conceito do conselho. Ferreira e Aguiar (2004:48), afirma que vem do Latim *Consilium*, que significa “tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação reflectida, prudente e de bom senso”.

Cruz (s/d), afirma que o termo conselho embora seja amplamente utilizado para designar diferentes formas de organização ou reunião política, no sector da educação, trata-se de um mecanismo de gestão do sistema, da escola e de controlo popular de políticas públicas. É neste diapasão que Cury (2004) define o conselho como sendo o lugar onde se delibera. Por isso, toda a decisão deve ser precedida de uma análise e discussão dos participantes.

Relativamente ao conceito da escola, de acordo com Gonçalves (2011), o termo escola provém etimologicamente do grego *scholé*, cujo significado é “lugar de ócio”, espaço em que os homens livres se juntavam para pensarem e reflectirem. Em linguagem simples, pode-se dizer que o termo, em suas origens gregas, indica o local de não trabalho, do nada fazer-trabalho manual para se dedicar ao saber teórico.

Apresentados os conceitos de conselho e escola, Veiga (2006) diz que o Conselho de Escola é concebido como local de debate e tomada de decisões. O órgão é o máximo e de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora. A instância de carácter mais deliberativo, de tomada de decisões sobre assuntos importantes da escola, proporciona momentos em que interesses contraditórios vem à tona.

De acordo com Gagno e Schane (2012) os Conselhos Escolares são órgãos máximos da gestão da escola que precisam contribuir para o processo de democratização, articulando diferentes instâncias presentes na escola, por meio de segmentos que a compõem. Ainda segundo Gagno e Schane (2012) o Conselho deve também desenvolver acções para a análise, acompanhamento e reflexão e tomadas de decisão sobre parâmetros e indicadores de qualidade na educação.

Relativamente ao contexto moçambicano, Moçambique (2015) define o conselho da escola como órgão máximo, de consulta, monitoria e de fiscalização do estabelecimento de ensino. O mesmo funciona em coordenação com outros órgãos. E é constituído por todos os seguimentos da comunidade escolar, sendo presidido por um representante dos pais e/ou encarregados de educação ou um membro do grupo da comunidade.

Diante das três abordagens acima apresentada sobre a conceitualização do conselho escolar, este trabalho rege-se pela abordagem de Moçambique (2015).

2.1.2 Gestão escolar

Ferreira e Aguiar (2004) consideram que a gestão escolar se divide em três componentes, nomeadamente: Gestão Pedagógica, Gestão de Recursos Humanos e Gestão Administrativa.

Para o presente trabalho, importa discutir somente a gestão pedagógica visto que se enquadra no objecto do estudo que é aproveitamento escolar. Debesse e Mialaret (1974) citados por Luck (2009) afirmam que a gestão pedagógica trata da organização, coordenação, liderança e avaliação de todos os processos e acções directamente voltados para a promoção da aprendizagem dos alunos e sua formação. O adjectivo “pedagógico” é directamente oriundo da Pedagogia, a ciência e a arte de influenciar sistemática e organizadamente os processos de aprendizagem de pessoas, mediante método compatível com os resultados pretendidos.

Luck (2009) diz que a gestão pedagógica se constitui como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que o objectivo principal do ensino é a actuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam suas competências sociais e pessoais com vista sua inserção na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco.

Diante das perspectivas apresentadas quanto ao conceito da gestão pedagógica, este trabalho adopta a de Debesse e Mialaret (1974) citados por Luck (2009) pois ela vinca que a gestão pedagógica trata os processos e acções que incidem directamente na aprendizagem dos alunos.

2.1.3 Aproveitamento escolar

De acordo com Pacheco e Andreis (2017) aproveitamento pedagógico diz respeito ao resultado das competências académicas dos alunos quando avaliado em diferentes campos da aprendizagem. Trata-se de uma medida das capacidades do aluno que expressa o que este tem aprendido ao longo do processo de formativo.

Para Gaikoski, Borges e Tosta (2010), o aproveitamento pedagógico é entendido como sendo a actuação observada dos alunos ou grupo na execução de tarefas académicas avaliadas em termos de eficiência e rendimento, que reflectem ou indicam o seu nível de competência. Esses podem ser avaliados pelas notas, capacidade de participação nas salas de aula, através de debates, levantamento de dúvidas, contribuições com novas informações e índice de reprovação ou aprovação.

O aproveitamento pedagógico corresponde aos resultados do processo de ensino e aprendizagens, é através de vários procedimentos, tais como: as provas, os trabalhos individuais e em grupo que os alunos são avaliados e atribuídas notas que reflectem o que é o seu aproveitamento (Ferreira, 2016).

Diante das abordagens teóricas relativas ao conceito do aproveitamento escolar, este trabalho baseia-se pela a de Gaikoski, Borges e Tosta (2010), por vincar que esse acto resulta ou pode ser compreendida a partir da participação dos alunos nas salas de aula, que culmina com a aprovação ou reprovação dos mesmos.

2.2 Estado da arte

Assumimos que ao nível nacional, não somos os pioneiros a realizar estudos à volta do contributo do conselho escolar no aproveitamento escolar dos alunos. Nesta perspectiva, traz-se uma resenha sobre alguns estudos à volta deste tópico.

Em 2013, Nhanice realizou um estudo intitulado: *O papel do conselho de escola na gestão democrática da escola básica: as lições da experiência das Escolas Primárias Completas “3 de Fevereiro” da Cidade de Maputo e “29 de Setembro” do distrito de Marracuene*, e tendo se baseado pela metodologia mista (qualitativa e quantitativa) e com uso

do questionário e entrevista como instrumentos de recolha de dados. O estudo conclui que há violação das normas que regem a constituição dos Conselhos de Escola, pois além do director, que é o único membro isento da eleição, existem outros indicados e não eleitos nos conselhos das duas escolas. No mesmo estudo, verificou-se que dada às ausências constantes dos respectivos presidentes, os Conselhos de Escolas são dirigidos pelos directores de escolas.

Já Ibraimo (2014) na pesquisa sobre: *conselho de escola como espaço de participação da comunidade*, recorreu à metodologia qualitativa e tendo empregue a entrevista e análise documental como técnicas de recolha de dados. Os resultados indicam que há um bom relacionamento entre os membros do conselho e a escola incentiva a presença nas reuniões. Igualmente, a pesquisa conclui que os assuntos tratados se resumem a questões pedagógicas, embora seja directora da escola quem toma as decisões e orienta as discussões, daí pouco impacto no processo de tomada de decisão.

No ano de 2019, Munguambe desenvolveu um estudo qualitativo e quantitativo, tendo utilizado o questionário e guião de entrevista como instrumentos de recolha de dados. O estudo subordina-se ao tema: *Análise da contribuição do Conselho de Escola na Gestão Pedagógica, o caso da Escola Primária 4 de Outubro*. As conclusões do estudo indicam que o Conselho de Escola se encontra centralizada nas mãos da directora da escola e não há uma abertura para que os demais membros possam dar o seu contributo em opiniões, dificultando, deste modo, com que o conselho contribua para uma boa gestão pedagógica o que compromete o desenvolvimento pedagógico dos alunos.

Uma pesquisa realizada por Palate, (2019) subordinada ao tema: *A Participação dos Membros do Conselho de Escola no Processo de Tomada de Decisão: Estudo de Caso da Escola Primária Completa de Magoanine*, através do uso da combinação da metodologia qualitativa e quantitativa, com recurso ao questionário e a entrevista, conclui que a participação dos membros do Conselho de Escola no processo de tomada de decisão é parcial e as decisões estão centralizadas no director da escola e nos professores. Indicam também, que a actuação efectiva dos membros do Conselho de Escola resume-se a questões da área financeira, património e segurança escolar.

Os estudos acima apresentam um elemento em comum que é o monopólio do poder por parte do director da escola em detrimento de um membro comunitário. Estes aspectos são levantados por Tamele e Zimbico (2021) no seu estudo intitulado: *Recuo ou avanço da democratização da escola básica em Moçambique? Uma abordagem comparativa entre o Manual de Apoio ao Conselho De Escola de 2005 e de 2015*, na medida em que referem que o poder deliberativo atribuído ao director e não ao conselho da escola pode contribuir para o retrocesso da democratização da escola básica pois, este órgão, apesar de ser máximo e de maior abrangência em termos de membros já não detem de autonomia deliberativa, mas sim consultiva.

2.3 Factores que influenciam no aproveitamento escolar dos alunos

Segundo Pacheco e Andreis (2017) diversos factores podem influenciar no aproveitamento pedagógico do aluno, podendo dividi-los em internos e externos. Os internos dizem respeito ao próprio aluno e externos ao ambiente em que este se encontra inserido, seja ambiente escolar, social assim como familiar.

Segundo Charrua (2014) o aproveitamento pedagógico pode ser influenciado por diversos factores tais como: contexto social e familiar; a participação dos pais e/ou encarregados de educação. No rol dos factores, Freire (1996) acrescenta a questão do rácio professor-aluno e os métodos de ensino.

2.3.1 Contexto social e familiar

Os principais grupos de risco encontram-se em famílias com baixos rendimentos, baixas qualificações, pouco valorizadoras da escola e/ou inseridas em ambientes sociais desfavorecidos. Estes contextos, isolados ou em conjunto, conduzem a más experiências escolares, (Mendes, 2006).

Para Alves, Franco e Ortigão (2007) pode-se desenhar o perfil da criança com risco de mau aproveitamento escolar como alguém proveniente de um meio socioeconómico e cultural desfavorecido. Este tem menores oportunidades de desenvolvimento físico, emocional e intelectual, com pouco ou nenhum apoio escolar em casa, demonstrando, por isso, uma baixa auto-estima e motivação com um percurso escolar repleto de fracassos e insucessos, iniciando, assim, um processo de desinteresse pela escola, muitas vezes irreversível.

Os sujeitos de nível económico baixo quando comparados com os de nível sócio-económico médio e alto, apresentam experiências e resultados escolares, menos positivos, taxas de abandono escolar mais elevadas e percepções negativas da escola e das suas possibilidades de sucesso no contexto escolar” (Faria, 1999).

Nesta esteira de ideias, sustenta-se que “o baixo nível de escolaridade dos pais e/ou encarregados de educação, especialmente das mães, têm um efeito negativo sobre o aproveitamento dos estudantes. As experiências educativas dos próprios pais moldam também as expectativas que eles têm para os seus filhos” (Lemmer 2006, p. 23).

2.3.2 Participação dos pais e encarregados de educação

Na visão de Macedo (1994), com a participação da família no processo de ensino e/ou aprendizagem, a criança ganha confiança vendo que todos se interessam por ela, e também porque você passa a conhecer quais são as dificuldades e conhecimentos da criança. Os pais precisam de compreender que independentemente do nível socioeconómico ou escolar que possuem, precisam e devem demonstrar interesse pela vida escolar dos filhos. Eles em sua maioria pensa que por terem pouco, também pouco podem auxiliar seus filhos, pois não sabem ou não se lembram dos conteúdos tratados em sala de aula no seu período escolar.

Por outro lado, para Silva (1994), o envolvimento dos pais e/ou encarregados de educação na escola facilita a integração escolar, contribui para o aumento do rendimento escolar dos alunos, para a valorização da escola e aumento das expectativas positivas dos professores face aos alunos, cujos pais participam no seu processo de ensino-aprendizagem.

2.3.3 Rácio professor-aluno

Fortes (2000) enfatiza que os alunos em turmas numerosas denunciam como mais problemática a falta de tempo e de disponibilidade dos professores para acompanharem a produção do conhecimento. Adicionalmente, quando a turma é numerosa há grande desinteresse por parte dos alunos, porque enquanto o professor atende um aluno para descobrir a causa da dificuldade dele que não é tão geral, mas individual, os outros ficam sem atendimento.

Para MINED (2010) o rácio professor/aluno pode indicar principalmente duas situações:

- Um alto rácio: reduz a qualidade das aulas se os professores não tiverem materiais didácticos à sua disposição e não conhecerem técnicas específicas para ensinar grandes grupos. Um rácio alto para o ensino primário é, numa perspectiva ideal, qualquer rácio superior a 45 alunos por professor.
- E um baixo rácio indica desperdício de recursos no sistema.

2.4 Critérios observados na constituição do conselho da escola

Segundo Moçambique (2015, p.16) a constituição do Conselho de Escola comporta quatro passos, a saber:

1º Passo – Procedimentos da eleição

O Director da Escola deverá em coordenação com as autoridades locais competentes, anunciar publicamente o dia, a hora e o local para a constituição do Conselho de Escola. Deve ainda informar aos alunos, professores, funcionários, pais e/ou encarregados de educação e comunidade em geral da necessidade de escolher os seus representantes que se agruparam para a eleição do Conselho de Escola.

Para o efeito deverá usar todos os canais/meios disponíveis, como:

- Rádios comunitárias, públicas e/ou privadas;
- Jornais locais e de parede;
- Confissões religiosas;
- Líderes comunitários;
- Panfletos;
- Palestras e reuniões comunitárias;
- Outras formas.

O director deve reunir com todos os grupos para explicar:

- Os objectivos e a importância do Conselho de Escola;
- A composição do Conselho de Escola;
- As condições para se ser membro do Conselho de Escola (ibidem).

Segundo o mesmo documento, deve ainda o Director, formar um Júri constituído por três elementos:

- Presidente do Júri;
- Um Secretário e
- Um Vogal.

O júri é constituído a partir das candidaturas dos interessados desde que não sejam candidatos a membros do Conselho de Escola. Não havendo candidatos, o director indica os membros do júri. A missão do júri é dirigir o processo de votação e de apuramento dos resultados, não podendo, por isso, nenhum dos seus membros votar ou ser votado. O júri reúne separadamente, de forma sucessiva, com cada um dos grupos e procede à eleição dos respectivos representantes.

Para tal, o júri verifica se estão reunidas as condições para a eleição, nomeadamente:

- Se estão presentes apenas elementos pertencentes ao grupo;
- Se há quórum suficiente para proceder à eleição. Considera-se reunido quórum quando estejam presentes, no mínimo, o triplo do número de vagas a eleger;
- Se estão disponíveis as urnas eleitorais, (ibidem).

No caso das escolas com menor número de professores e pessoal administrativo a votação pode acontecer de acordo com as condições da escola. O júri explica os objectivos, a importância e as modalidades da votação democrática dos representantes de cada grupo ao mesmo tempo, procede à eleição propriamente dita e ao apuramento dos resultados. O Júri deve explicar que a votação pode ocorrer de duas formas: secreta ou aberta.

A escolha da modalidade (secreta ou aberta) deve ser acordada pelos elementos de cada um dos grupos, antes de proceder à votação dos seus representantes. Depois da explicação do processo de votação aos presentes, o secretário distribui papelinhos em branco para cada um escrever, em segredo, o nome da pessoa em quem vota.

Seguidamente, dobra o papelinho e coloca-o na urna. No fim deste acto, o júri conta o número de votos depositados e compara-o com o número dos votantes. Caso o número de votos seja superior ao número de votantes, anula-se a votação e faz-se uma nova votação.

A seguir, o Secretário faz abertura dos papelinhos dos votos e, depois da confirmação do Presidente do Júri, lê-os, em voz alta. O Vogal regista os nomes votados no quadro, colocando um traço, por cada voto. Na fase do apuramento, somam-se os votos de cada um, e só são eleitos os nomes mais votados. Em caso de empate entre dois ou mais candidatos, procede-se a uma segunda votação, envolvendo apenas os que tiveram o mesmo número de votos, para desempate (Moçambique, 2015).

Caso a votação seja aberta, numa reunião de um determinado grupo que vai eleger seus representantes, procede-se da seguinte forma:

- Pede-se aos candidatos voluntários para se apresentarem e dizerem o que podem fazer para contribuírem no crescimento da escola, a seguir faz-se o registo dos seus nomes;

- Também se pode pedir aos presentes para indicarem algumas pessoas que acham que os podem representar;

- No caso de não existirem candidatos para a votação aberta, os presentes, indicam algumas pessoas para representarem o grupo no Conselho de Escola;

- Regista-se os nomes dos candidatos, e

- Antes de se proceder à votação, os candidatos propostos deverão declarar a sua disponibilidade para o efeito (ibidem). Identificados os candidatos, faz-se a respectiva votação da seguinte forma:

- Solicitando-se aos presentes para levantarem a mão para um dos candidatos concorrentes de cada vez. Cada participante pode votar em mais do que um dos candidatos ou

- Cada candidato posiciona-se num lugar e o Presidente do júri apela aos elementos do grupo para se juntarem àquele que escolhem como seu representante. Neste caso cada participante fica limitado a votar num único candidato. Serão eleitos os candidatos que tiverem maior número de votos, em função do número de vagas previstas para esse grupo no Conselho de Escola. Nos casos em que o número de candidatos é superior ao número de vagas disponíveis e os mesmos estiverem em situação de empate, deve-se 36 fazer uma segunda votação para desempate (Moçambique, 2015).

2º passo Reunião constitutiva e eleição do presidente

Decorridos 7 dias após o processo de eleição dos membros do Conselho de Escola, o Director da Escola convoca e dirige a primeira Assembleia Constitutiva deste órgão, para a

eleição do presidente através de voto secreto. Caso algum dos membros não saiba ler e escrever, o presidente do júri, por ser um elemento neutro, pode ajudá-lo a votar.

3º passo

Nos eleitos só podem ser presidente do Conselho de Escola um representante dos encarregados de educação ou da comunidade.

4º passo - Investidura pública do presidente do Conselho de Escola.

O acto de investidura do presidente do Conselho de Escola é presidido pelo Director da Escola, em cerimónia pública, no mesmo dia da eleição.

O Conselho de Escola é dirigido por um Presidente que é eleito democraticamente dentre os seus membros. Não podem ser eleitos para presidente do Conselho de Escola, o Director da Escola e o representante dos alunos. Com excepção do Director da Escola, os membros do Conselho da Escola são eleitos democraticamente pelos respectivos grupos a que pertencem.

Moçambique (2015) salienta que a constituição de Conselho de Escola varia conforme o tipo escola. Nas escolas onde não há número suficiente de representantes de cada grupo para preencher o conselho de escola, conforme estipulado no Regulamento de funcionamento dos conselhos de escola, este funciona com a composição que for possível, nota-se a representatividade de todos os grupos existentes.

Assim, a duração do mandato dos membros do Conselho da Escola é de dois anos consecutivos, renovável uma vez. Nos casos de impedimento para cumprimento do mandato por um período de um mês por determinado membro do Conselho da Escola por vários motivos, este deverá ser substituído através de uma nova eleição interna (Moçambique, 2008).

Tabela 2: Funcionamento do conselho da escola no contexto educativo moçambicano

GRUPO	Tipo 1 (+de1500 alunos)	Tipo 2 (5001-500 alunos)	Tipo 3 (500 Alunos)
Director da Escola	1	1	1
Representantes dos professores	3	3	2
Representantes dos alunos	4	4	3
Representantes do Pessoal técnico administrativo	1	1	1
Representante dos pais/encarregados Educação	8	8	6
Representantes da comunidade	4	4	4
Total	21	21	16

Segundo Moçambique (2015), a participação de diversos segmentos no Conselho de Escola, reúnem-se três vezes por ano para discutir vários assuntos da escola assim como tem para garantir: (i) a gestão participativa e transparente dos recursos; (ii) bom desempenho escolar; (iii) bom aproveitamento escolar; (iv) a participação activa de pais/encarregados de educação no acompanhamento dos seus filhos e a validação permanente da escola.

As reuniões do Conselho de Escola são convocadas e presididas pelo respectivo Presidente. Em caso de força maior, as reuniões podem ser convocadas por 2/3 dos membros do Conselho. Com vista a serem consideradas válidas as deliberações do Conselho de Escola, deverão estar presentes na reunião no mínimo 2/3 dos membros. Em caso de ausência confirmada do Presidente ou do Secretário, os membros presentes deverão apontar entre si alguém para desempenhar essa função nessa reunião.

No intervalo entre as reuniões ordinárias do Conselho de Escola, as Comissões de Trabalho reúnem-se com regularidade que deverá ser estabelecida por cada uma delas, em função das especificidades da sua área. Caso haja assuntos delicados da agenda de trabalhos que possam potencialmente expor o aluno ao risco de violência psicológica, verbal ou física

ou exigir capacidades que ultrapassem a sua idade, o Conselho de Escola deverá ponderar sobre a viabilidade da participação dos alunos-membros nesse ponto da agenda, podendo decidir pela sua não participação se 2/3 dos membros votarem nesse sentido (Moçambique, 2015).

Desta feita, nas reuniões do Conselho são discutidos assuntos como:

- Cumprimento do plano de actividades da escola;
- Desempenho dos órgãos de Direcção da escola;
- Desempenho e comportamento dos professores;
- Desempenho e comportamento do pessoal administrativo;
- Aproveitamento pedagógico e comportamento dos alunos e
- Utilização dos fundos destinados à escola (ibidem).

2.5 Importância da participação do conselho escolar na gestão pedagógica escolar

De acordo com Luck (2000), o Conselho de escola deve permitir a promoção da participação da comunidade escolar nos processos de administração e gestão da escola, visando assegurar a qualidade do trabalho escolar em termos administrativos, financeiros e pedagógicos.

O Conselho de Escola pode ser visto como um mecanismo de gestão democrática da escola, pois segundo Werle (2003), como citado em Luiz e Conti (2010), relaciona-se com os princípios da igualdade, da liberdade e do pluralismo e é composto por diferentes segmentos da comunidade escolar.

Oliveira (2000) afirma que a gestão escolar democrática como processo que rege o funcionamento da escola deve compreender a tomada de decisões conjuntas, baseadas nos direitos e deveres de todos os envolvidos na escola. Nesta linha de pensamento, Ciseki (1998), como citado em Luce e Medeiros (2008) diz que os Conselhos de Escolas somente poderão funcionar numa perspectiva democrática se todos os membros tiverem acesso às informações que permitem à tomada de decisão.

De acordo com MEC (2011) como citado em Souza e Santos (2014), o Conselho de Escola permite a participação de todos actores educativos que analisam, discutem e supervisionam as acções da escola, das quais, incluem a melhoria do aproveitamento

pedagógico. Este entendimento é evidenciado nos resultados do estudo de Momade (2020) segundo os quais o Conselho de Escola tem desenvolvido acções que visam a melhoria do aproveitamento pedagógico, dos quais, apelar o envolvimento dos pais e/ou encarregados de educação no Processo de Ensino e Aprendizagem, (PEA), apoiar as crianças necessitadas e propor capacitação de professores. Por meio dessas acções o Conselho Escolar tem lutado em prol a melhoria da qualidade de educação.

O conselho escolar realiza várias acções em prol do funcionamento da escola, dos quais, se destacam as seguintes acções retiradas de Moçambique (2015), que visam a melhoria do aproveitamento pedagógico dos alunos:

- Analisar sobre o aproveitamento pedagógico da escola;
- Analisar sobre os dados de assiduidade e pontualidade dos professores e alunos, bem como os dados desistências dos alunos com destaque para as raparigas e os alunos órfãos vulneráveis e com necessidades educativas específicas;
- Incentivar a direcção da escola a realizar capacitações dos professores em exercício com vista a melhorar o seu desempenho e a qualidade de ensino;
- Sensibilizar a comunidade escolar para fazer acompanhamento dos seus educandos
- Identificar e estimular moral e materialmente os melhores alunos e professores em coordenação com a direcção da escola;
- Participar na planificação e realização das actividades programadas na escola para as áreas de cultura e desporto escolar;
- Incentivar a realização de concurso sobre literatura, escrita e cálculo.

CAPÍTULOS DA METODOLOGIA

3.1 Descrição do local do estudo

A Escola Primária Completa Acordos de Roma localiza-se no bairro de Albasine, Distrito Municipal Ka Mavota, na Cidade de Maputo. A mesma possui um bloco administrativo, sala dos professores, secretaria da escola, gabinete do chefe da secretaria, gabinete do director adjunto pedagógico, gabinete do director e duas casas de banho para os funcionários.

A escola tem também duas casas de banhos para os alunos (Feminino e Masculino), 2 Gabinetes de saúde e higiene escolar, um pavilhão de desportos em construção, uma cantina escolar e um jardim. A escola tem 14 salas de aulas distribuídas em 4 blocos. O primeiro bloco tem duas salas de aulas e os restantes blocos têm 3 e 4 salas, respectivamente.

3.2 Classificação do estudo quanto

3.2.1 Natureza

Em termos de natureza, a pesquisa é aplicada pois pretendeu abordar sobre a actuação dos membros do conselho com o reflexo no aproveitamento pedagógico dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa aplicada centra-se na geração de conhecimento para solução de problemas específicos, e ocupa-se pela busca da verdade para determinada aplicação prática em situação particular.

3.2.2 Abordagem metodológica

A abordagem metodológica deste trabalho é mista. Isto é, quali-quantitativa. A qualitativa permite que os elementos da pesquisa partilhem, singularmente, os seus depoimentos e experiências sobre um tema, neste caso, a actuação do conselho escolar no aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma. De salientar que interessou a pesquisadora interpretar o fenómeno em estudo e atribuir significados a partir da análise indutiva de dados produzidos no contexto de estudo.

Na abordagem qualitativa, o pesquisador aprofunda a compreensão dos fenómenos que estuda em seu ambiente ou contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos

próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito (Maffezzolli & Boehs, 2008).

Relativamente à adopção da pesquisa quantitativa, deveu-se da necessidade da utilização de ferramenta estatística para a tabulação e análise das perguntas fechadas dos questionários. De acordo com Richardson (2009), este tipo de pesquisa permite a aquisição de uma quantidade substancial de informação em tempo limitado, e os dados recolhidos devem ser tratados com base nas técnicas quantitativas seguindo a lógica, da selecção de amostra, construção de gráficos, análise percentual dos dados e sua interpretação.

3.2.3 Objectivos

O objectivo deste trabalho centra-se na pesquisa descritiva. Segundo Gil (2008), ela tem como particularidade buscar, observar, registrar, analisar e correlacionar factos ou fenómenos sem manipulá-los, permitindo, deste modo compreender com mais precisão uma determinada realidade. Para o caso da pesquisa, tratam-se das percepções dos membros do conselho da Escola Primária Completa Acordo de Roma.

3.2.4 Procedimentos

Para a elaboração deste ofício, adoptou-se o estudo de caso. Trata-se de um caso concreto que se sucedeu na Escola Primária Completa Acordos de Roma conforme descrito no ponto 1.2. Na visão de Sousa e Baptista (2011) o estudo de caso é a modalidade cujo objecto é uma unidade que se analisa com profundidade com limitação no tempo e na acção, onde o investigador recolhe informações detalhadas.

3.3 População e amostra

3.1 População

Thiollent (1998), define população como “conjunto completo de elementos que têm uma ou mais características em comum”. Em pesquisas, ela corresponde ao grupo total de indivíduos, objectos ou eventos que atendem aos critérios do estudo.

No contexto deste trabalho, a população é de 21 participantes que compõem o órgão do conselho da Escola Primária Completa Acordos de Roma.

3.1.2 Amostra

De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013), a amostra é um subconjunto da população que representa as suas características principais. Gil (2008) também enfatiza que uma amostra bem constituída possibilita a obtenção de resultados confiáveis com menor custo e tempo.

A pesquisa considerou como amostra os 21 membros do Conselho da Escola Primária Completa Acordos de Roma. Optamos por este órgão porque a sua composição inclui diferentes actores e possuem informações relevantes acerca da vida da escola.

A definição da amostra baseou-se no critério não probabilístico intencional. Segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2013) neste critério, o pesquisador dirige intencionalmente a indivíduos cuja opinião deseja obter, por possuírem um ou vários atributos que ajudem a desenvolver a pesquisa.

Tabela 3: Amostra dos participantes do estudo

Característica	Variável	Frequência
Sexo	Masculino	13
	Feminino	8
Representante do conselho da escola	Director da Escola	1
	Representantes dos professores	3
	Representantes dos alunos	4
	Representantes do Pessoal técnico administrativo	1
	Representante dos pais/encarregados Educação	8
	Representantes da comunidade	4
Tempo em que é membro do CE na Escola	1 ano	8
	1-2 Anos	11
Nível académico	Básico	
	Médio	9
	Licenciatura	5

3.4 Instrumento de recolha de dados

Como instrumento de recolha de dados foi considerada a entrevista semi-estruturada, análise documental e inquérito por questionário.

3.4.1 Entrevista semi-estruturada

Em coerência com as premissas da pesquisa do carácter qualitativa, como técnica e instrumento de recolha de dados foi usada a entrevista semi-estruturada, vide em apêndice (I). A vantagem do uso deste instrumento é a possibilidade da captação de informação detalhada em menos tempo.

Segundo Triviños (2010) a entrevista semiestruturada é caracterizada por um roteiro pré-definido de questões, mas com flexibilidade para explorar tópicos emergentes conforme a conversa se desenvolve. Portanto, o roteiro deste incluirá directrizes como: perguntas abertas, flexíveis e menos estruturadas e linguagem adequada.

3.4.2 Análise documental

De acordo com Gil (2008) a análise documental consiste na consulta de material já existente, podendo ser em forma de livros, artigos científicos e outros que possibilitam a recolha da informação sobre um determinado assunto.

Cellard (2008), argumenta que a análise documental é uma forma de ler documentos com atenção e de maneira crítica, para entender melhor certos acontecimentos ou comportamentos sociais. É uma técnica útil para estudar como as organizações funcionam, o que dizem oficialmente e quais políticas adoptam.

Neste estudo, foram analisados o manual que aborda sobre o funcionamento do conselho escola bem como o relatório pedagógico referente ao ano lectivo de 2024.

3.4.3 Questionário

O uso do questionário possibilitou o agrupamento das respostas dos participantes da pesquisa, (Apêndice II). Lakatos e Marconi (2003) definem o questionário como um meio pelo qual o investigador usa para a recolha de informações e que é constituído por um conjunto de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do inquiridor.

3.5 Técnicas de análise de dados

Quanto à análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdos que segundo pensamento de Deshaies (1990) contempla análise, verificação, controlo, manipulação ou/e de cálculo dos dados não encerra o empreendimento da pesquisa.

Para analisar e interpretar os dados recolhidos por meio dos instrumentos quantitativos, neste caso, o questionário, recorreu-se aos pacotes estatísticos Excel 2010, onde fez-se o agrupamento das opções de respostas e interpretadas de acordo com os objectivos da pesquisa.

3.6 Procedimentos da pesquisa

- (i) O passo preliminar à recolha de dados centrou-se na visita efectuada à Escola Primária Completa Acordos de Roma, a fim de obter informações relativas ao nosso objecto do estudo.
- (ii) O segundo passo foi o da submissão de credencial e a aceitação da realização da pesquisa, (anexo I).
- (iii) O terceiro passo consistiu na identificação e selecção dos elementos da amostra (informantes elegíveis) e marcação do encontro para a explicação dos propósitos da pesquisa e sua disponibilidade em participar.
- (iv) O quarto passo baseou-se na aplicação da entrevista aos membros do conselho da escola. Esta fase teve início no mês de Maio de 2025 e só terminou no mês de Junho.
- (v) O quinto passo foi a da transcrição dos dados, facto que decorreu em simultâneo com a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.
- (vi) O sexto passo centrou-se na análise de dados, interpretação dos resultados e redacção da monografia.

3.6 Questões éticas

Para a realização desta pesquisa, foram verificadas algumas questões éticas. A pesquisadora apresentou uma credencial à Escola Primária Completa Acordos de Roma (Anexo I), emitida pela Faculdade de Educação, e tendo sido autorizada a realização da pesquisa.

Os participantes do estudo foram informados sobre o seu objectivo e finalidade por meio do Termo de consentimento livre esclarecido, por isso, nenhum participante tomou parte da pesquisa por obrigação e coacção. Igualmente, observou-se o princípio do anonimato e confidencialidade.

De acordo com Goldim, Pithan, De Oliveira e Raymundo (2003), o consentimento livre e esclarecido tem por objectivo permitir que a pessoa que está sendo convidada a participar de um projecto de pesquisa compreenda os procedimentos, riscos, desconfortos, benefícios e direitos envolvidos, visando permitir uma decisão autónoma. A obtenção de consentimento livre e esclarecido é um dever moral do pesquisador, é a manifestação do respeito às pessoas envolvidas no projecto.

Deste modo, foi observado o princípio do anonimato e confidencialidade através da codificação dos dados dos participantes da pesquisa. Esta acção permite a ausência de identificação no âmbito da manifestação de pensamento. Pereira, Pires e Pinto (2014) afirmam que a confidencialidade reconhece a importância da divulgação dos resultados de pesquisas, que devem ter seu acesso facilitado. A transparência e a divulgação de informações provenientes de pesquisas devem ser conciliadas com o sigilo.

Relativamente ao anonimato, Kaye (2015) diz que tende a atender um desejo humano comum de proteger a identidade do público, liberando o sujeito para explorar e disseminar ideias e opiniões que não se manifestaria caso fosse identificado. O autor salienta que o anonimato está relacionado com o nível de privacidade que um usuário pode ter ao lidar com informações fornecidas ou acedidas.

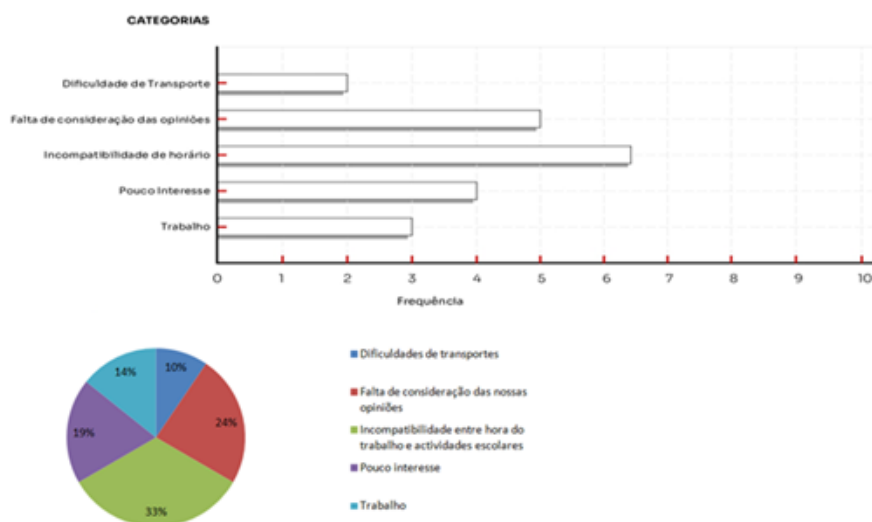
No contexto desta pesquisa, os dados de cada informante foram gerados um código diferente do outro e armazenado no disco duro do lap-top de marca HP, com um sistema de segurança para o acesso dos mesmos.

CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, são apresentados e discutidos os dados recolhidos na Escola Primária Completa Acordos de Roma. Para o efeito, recorreu-se à triangulação de dados que consiste no cruzamento de informações partilhadas quer por meio da técnica de entrevista semi-estruturada quer por inquérito por questionário. De salientar que os dados estão organizados em três secções.

4.1 Factores que a influenciam a participação do conselho da escola no processo de ensino e aprendizagem

Gráfico 1: Motivos que dificultam a participação dos pais e/ou encarregados de educação na escola



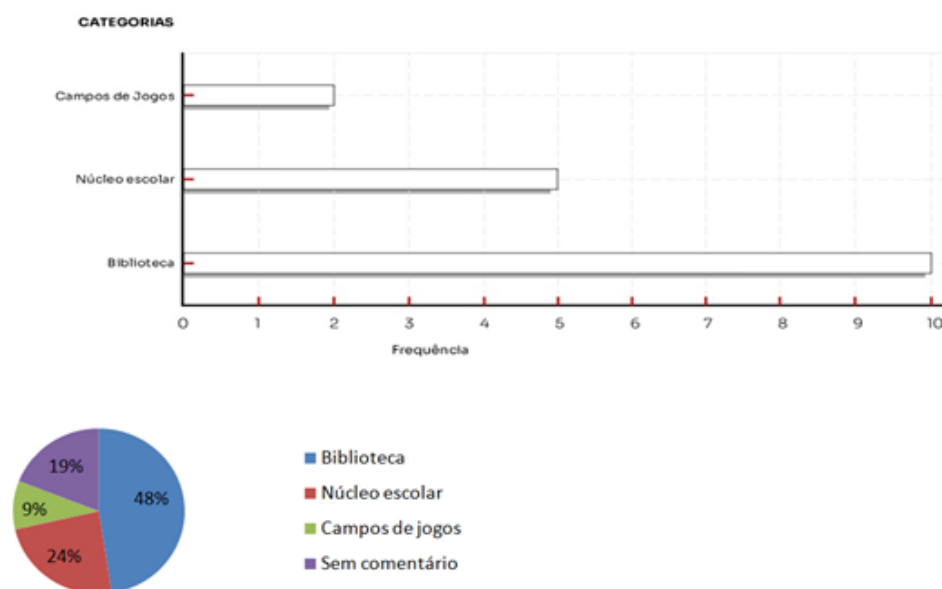
Conforme pode se ver no gráfico (I), a primeira pergunta procurou saber junto dos inquiridos sobre as razões por detrás da não participação dos membros nas reuniões do conselho da escola. Conforme ilustra o gráfico (I), cerca de 33% dos inquiridos equivalentes a 7 membros do conselho da escola escolheu a incompatibilidade de horário.

Tendo em conta que a Escola Primária Completa Acordos de Roma é da tipologia 3, o número de participantes que compõe este órgão é de 21. Logo, a ausência de cerca de 7 membros numa reunião se traduz num número elevado, embora não suficiente para impedir o decurso da mesma, pois segundo o manual de apoio ao funcionamento do conselho escolar de

2015, que é um instrumento regulador do funcionamento do conselho escolar preconiza que para a ocorrência da reunião, no mínimo, deverão estar presentes 2/3 dos membros.

Portanto, no nosso entendimento, o conselho escolar reúne três vezes por ano, logo, na constituição deste órgão deve-se primar pela eleição de pessoas com disponibilidade imediata para participar nos assuntos da escola.

Gráfico 2: Recursos a escola dispõe atinentes a bom no aproveitamento escolar dos alunos



Analisado o gráfico (II), os recursos que a escola dispõe para melhorar o aproveitamento escolar dos alunos são vários. E nota-se que a biblioteca foi escolhida por um elevado número de participantes, neste caso, 10 que é referente 58% dos inquiridos. A propósito do assunto, Dourado, Oliveira, João e Santos (2007), afirmam que os recursos da escola podem influenciar na eficácia do ensino, uma vez que incidem directamente nos processos de organização e gestão, nas práticas curriculares, nos processos formativos. Em coerência com os autores referidos, Franco e Bonamino (2005) referem que, a os recursos escolares são aspectos essenciais para o desempenho escolar.

4.2 Estilos de liderança que ocorrem na Escola Primária Completa Acordos de Roma

4.2.1 Formação ou capacitação dos membros do conselho da escola em matéria relacionada com a área pedagógica

"Sim, várias vezes. Sempre que se constitui novo conselho, são submetidas à formação". E6

Analisada a resposta acima, percebe-se que a escola adopta uma estratégia que se centra na formação visando uma boa postura e actuação dos membros do conselho da escola. Essa estratégia contraria a abordagem de Medeiros e Oliveiras (2008), que apontam que a falta de preparação dos membros do Conselho de Escola, faz com que os reais problemas da escola, como a baixa qualidade do ensino, a deficiente avaliação, a baixa qualificação dos professores, a falta de envolvimento da comunidade, etc., nunca sejam discutidos nas reuniões do Conselho de Escola.

4.2.2 Intervenções realizadas pelo Conselho da escola visando a melhoria do aproveitamento escolar dos alunos

"Assistência de aulas", E2

"Elaboração do plano de actividades Preparação da abertura do ano lectivo" E 18

"Eleição do novo Presidente e Secretário do Conselho da Escola; Preparação da reunião da divulgação do aproveitamento pedagógico do 1º Trimestre"; E9

A partir dos depoimentos apresentados percebe-se que os membros do conselho da escola são sim dotados de conhecimentos visando uma actuação no aproveitamento escolar dos alunos, pois de acordo com Moçambique (2015), compete a este órgão zelar o seguinte: Cumprimento do plano de actividades da escola; Desempenho dos órgãos de Direcção da escola; Desempenho e comportamento dos professores; Desempenho e comportamento do pessoal administrativo; Aproveitamento pedagógico e comportamento dos alunos e utilização dos fundos destinados à escola.

4.2.3 Participação do conselho da escola na área pedagógica

"Os membros do conselho da escola são sempre chamados a participar da vida da escola logo após a sua constituição ou revitalização. Na componente pedagógica, participam na planificação, gestão e acompanhamento do Processo de Ensino e Aprendizagem dos educandos, inclusive na assistência das aulas para aferir de que forma os alunos aprendem".

"O Director da escola convoca outros membros da direcção da escola e o presidente do Conselho da Escola. Por sua vez, este convoca o seu elenco. Posto isso, marca-se uma reunião cuja agenda é elaboração do plano Anual onde cada membro tem direito a palavra.

DAE1 Na elaboração do plano anual da escola, participam os seguintes membros: colectivo da direcção (Director, Director Adjunto Escolar, chefe da secretaria e administrativo) e presidente do Conselho da Escola.

DAE3 Participam todos os membros do conselho da escola. Faz-se o levantamento das actividades que precisam ser realizadas, discute-se em função das prioridades, algumas são suprimidas e elabora-se o plano.

Em Moçambique, o Conselho de Escola é o órgão máximo de consulta, monitoria e de fiscalização do estabelecimento de ensino e é constituído por pessoas de diferentes segmentos, nomeadamente: Director da escola, representantes dos professores, alunos, pais e comunidade local. Para Libâneo (2013) este modelo valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, apostando na construção colectiva dos objectivos e do funcionamento da escola através do diálogo e do consenso.

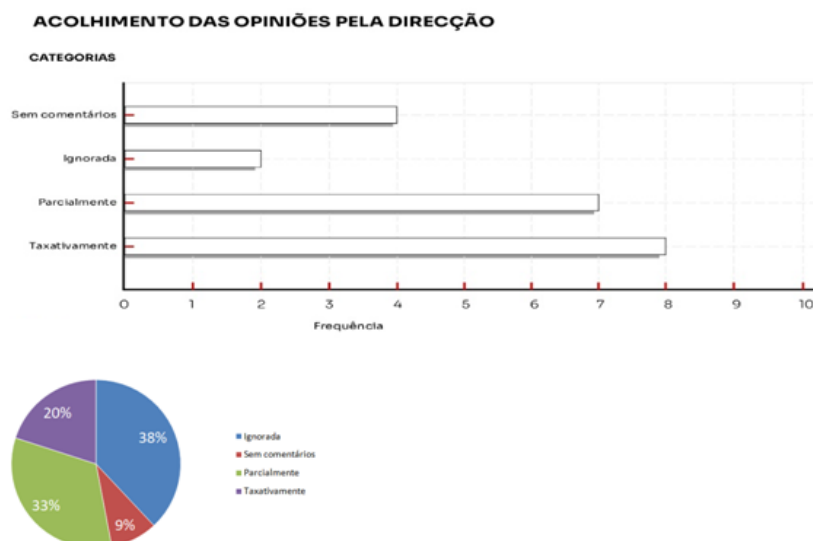
4.2.4 Consistência da autonomia pedagógica atribuída pelo conselho da escola

Sim, o conselho da escola enquanto órgão máximo da instituição do ensino goza sim da autonomia, sobretudo no ramo pedagógico. Este órgão tem competência de propor junto à direcção escolar algumas mudanças, transformações e/ou inovações que incidem na melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Costa (2004) a autonomia da escola pode ser alcançada através de elaboração de diversos como projecto educativo, o regulamento interno da escola e o plano anual das

actividades. A autonomia das escolas apresenta-se como um caminho a percorrer. Porém, tem-se construído etapas para a sua concretização e os documentos legais publicados, as discussões que se têm realizado, os debates, a própria experiência que se tem adquirido.

Gráfico 3: Acolhimento das opiniões pela direcção da escola



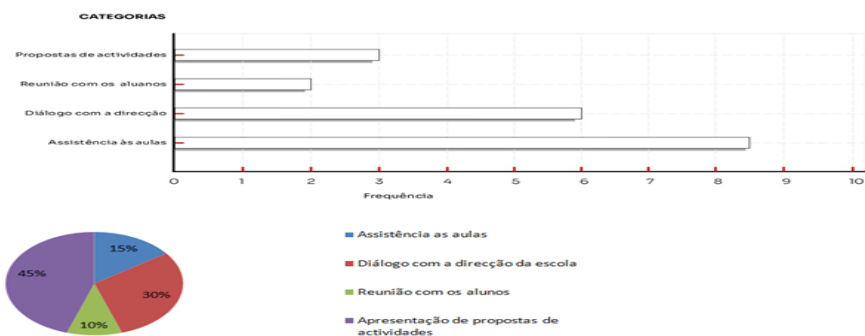
At

Sendo o conselho da escola um órgão máximo do estabelecimento escolar, os elementos da pesquisa foram questionados até que ponto as suas opiniões são consideradas pela direcção da escola. Os dados do gráfico 3 descrevem que as opiniões não tem merecido bom acolhimento, isto é, são ignoradas e quando não são, a sua consideração é parcial.

O facto de a componente deliberativa competir somente ao director da escola pode influenciar no não acolhimento das opiniões provenientes dos membros do conselho da escola mesmo que sejam relevantes. Tamele e Zimbico (2021) referem que o monopólio do poder deliberativo por parte do director da escola em detrimento do conselho da escola pode retroceder os avanços da democratização da escola básica até aqui alcançados à luz do anterior manual visto que a gestão diária da escola reflecte as políticas e directrizes emanadas a nível central.

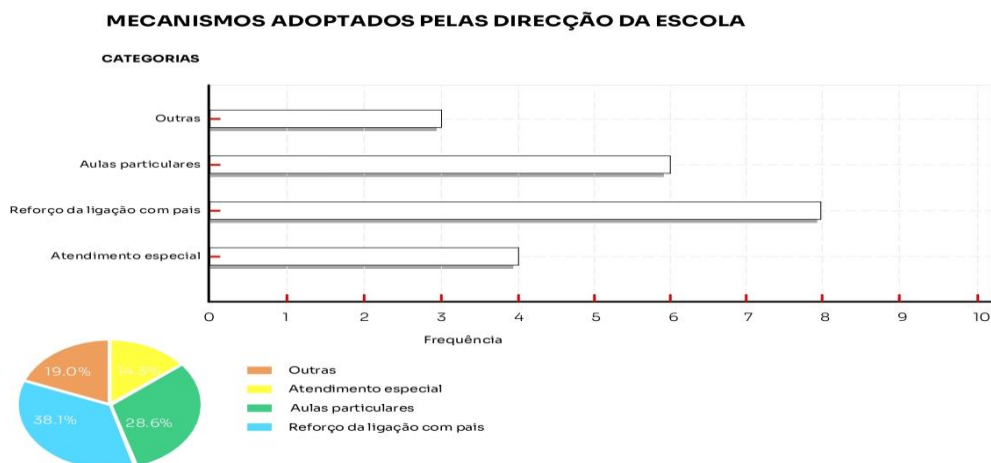
4.3 Modos de actuação dos membros do Conselho da Escola na melhoria do aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma

Gráfico 4: Forma tem contribuído para o bom aproveitamento escolar dos alunos



Face a problemática do aproveitamento escolar, os participantes foram questionados sobre as formas de contribuição com vista a reversão do cenário. Analisado o gráfico (IV) se percebe que a opção referente a apresentação de propostas de actividades foi escolhida por uma percentagem maior que é de 45% dos inquiridos correspondentes a 8 elementos. Momade (2020) considera que o Conselho de Escola tem desenvolvido acções que visam a melhoria do aproveitamento pedagógico, dos quais, o apelo ao envolvimento dos pais e/ou encarregados de educação no Processo de Ensino Aprendizagem, (PEA) apoio às crianças necessitadas e proposta de capacitação de professores.

Gráfico 5: Mecanismos adoptados direcção da escola



Ciente de que o aproveitamento escolar dos alunos não é positivo, os participantes da pesquisa foram questionados sobre os mecanismos que poderiam ser adoptados pela direcção da escola com vista a sua melhoria. Nesta perspectiva, a opção de reforço da ligação escola-comunidade foi escolhida por 38.% de participante equivalente a 8 elementos. Este mecanismo está previsto no instrumento que orienta o funcionamento do conselho da escola.

Em 2015, MINEDH, reafirmou o interesse em melhorar a qualidade de educação, promovendo a promoção de participação activa e construtiva da comunidade, dos pais e/ou encarregados de educação através dos Conselhos de Escola, na tomada de decisões e no melhoramento das infra-estruturas, equipamento, ambiente escolar bem como o sucesso escolar.

De acordo com Davis (1987), citado por Cosmo e Trindade (2002), a participação dos pais e/ou encarregados de educação traz benefícios para os mesmos uma vez que reconhecem e valorizam o seu papel, aumentam os sentimentos de auto-estima, melhora o acesso às informações sobre os filhos, a escola proporciona mais competências aos pais para ajudarem os filhos no seu processo educativo. Por outro lado, é importante para a escola, visto que, esta conta com mais apoio na realização das suas actividades.

4.3.1 Reacção da direcção da escola quando o conselho da escola propõe uma inovação pedagógica

"A reacção tem sido positiva visto que o conselho da escola é um braço direito da direcção escolar, logo, as suas propostas são bem-vindas, sobretudo quando agregam valor, isto é, quando traz impacto na melhoria do processo de ensino e aprendizagem, E 21".

A partir da resposta acima apresentada, compreendemos que há reconhecimento do conselho escolar enquanto um órgão que pode contribuir na vida da escola. Silva, Farias e Rothen (2010) afirma que a escola enquanto organização necessita de ser conduzida numa perspectiva mobilizadora de todos, de modo inclusivo, democrático e participativo, chamando todos a envolverem-se activamente na concretização da sua missão e dos seus objectivos.

CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES E SUGESTÕES

5.1 Conclusões

O presente trabalho buscou analisar até que ponto a actuação do conselho da escola enquanto órgão máximo da escola contribui no aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma. Para o efeito, foram consideradas as três perguntas de pesquisa.

Para a 1ª pergunta de pesquisa relacionada com os factores que influenciam no aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma, conclui-se que foram destacados a incompatibilidade entre a hora do trabalho e da realização de reuniões do conselho da escola. Igualmente, o facto de a componente deliberativa competir somente ao director da escola pode retrair a participação dos membros do conselho da escola pois, muitas vezes, as suas contribuições não se convertem em acções concretas devido a falta de autonomia para o efeito.

No que toca a 2ª pergunta de pesquisa referente aos modelos e estilos de liderança que ocorrem na Escola Primária Completa Acordos de Roma, conclui-se que os gestores adoptam o estilo democrático pois tem convocado aos membros do conselho para a discussão dos assuntos que dizem respeito a vida da escola, mas sempre prevalece a decisão do director da escola que é sustentada pelo instrumento que orienta o funcionamento do conselho da escola enquanto órgão máximo do estabelecimento de ensino.

Quanto a 3ª pergunta ligada à forma como actuam os membros do Conselho da Escola na melhoria do aproveitamento escolar dos alunos da Escola Primária Completa Acordos de Roma, conclui-se que é positiva pois antes do início das suas funções, todos os integrantes deste órgão são submetidos a formação para a absorção de conhecimentos chaves da gestão escolar e em particular a pedagógica a qual se insere o aproveitamento escolar.

Portanto, pergunta de partida e os objectivos específicos que nortearam o estudo foram respondidos pois ao longo do trabalho, por um lado, mapeou-se os motivos relacionados com o aproveitamento escolar dos alunos, por outro lado, identificado o estilo de liderança vigente na Escola Primária Completa Acordos de Roma e por fim, explicado os modos de actuação dos membros do Conselho da Escola na melhoria do aproveitamento escolar dos alunos.

5.2 Sugestões

Face às constatações efectuadas e conclusões alcançadas, urge sugerir as seguintes acções:

Eleição de membros do conselho da escola de acordo com a competência e disponibilidade para a participação regularmente nas sessões do conselho da escola

Revisão do artigo que confere a componente deliberativa ao director da escola em detrimento do presidente do conselho da escola

Intensificação das formações e capacitações para melhorar a sua actuação sobretudo na gestão pedagógica escolar.

Referências bibliográficas

- Alves, F.; Franco, C.; Ortigão, M (2007) *Origem Social e Risco de Repetência: Interação Raça-Capital Económico*. Caderno de Pesquisas, v.37, nº130, pp.161-180.
- Bardin. L (2011). *Análise de Conteúdos*. Lisboa: Edição Dom Quixote.
- Cellard, A. A (2008) *Análise Documental*. In: Poupart, J. et al. (Orgs.) *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes,. p. 295 - 316.
- Charrua, M. C. D. F. (2014). *O insucesso escolar e as variáveis sócio familiares*. Lisboa Cruz (s/d),
- Ciseki, A. A. Conselho de escola: coletivos instituintes da escola cidadã. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Salto para o futuro: constituindo a escola cidadã, projeto político pedagógico. Brasília, 1998.
- Costa, J. A. (2004). *Formação em administração educacional na Universidade de Aveiro – Décadas de oitenta e noventa*. Aveiro: theoria poiesis praxis. Portugal.
- Cruz, C. A. M. (s/d). Sindicato e Partido Político em Gramsci. Disponível em www.estudosdotrabalho.org/.../cesaralbenesdemendoncacruz.pdf [Consultado no dia 12/02/2019]
- Cury, C.R.J. (2004). *Os conselhos de Educação e a Gestão o Sistema*. In Ferreira, N.S.C & Aguiar, M.A.S (orgs). *Gestão de Educação. Impasses, Perspectiva e Compromisso*. (s/l): (s/n).
- Deshaies, B (1992) *Metodologia da investigação em ciências humanas*. Lisboa: Instituto Piaget
- Dourado, L. F.; Oliveira, J, F. de & Santos, C. de A. (2007) *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5- 34,.
- Faria, L. (1999). *Contextos Sociais de Desenvolvimento das Atribuições Causais: O Papel do Nível Sócio-económico e da Raça*. Porto: Universidade do Porto

- Ferreira, M. E. N. S. (2016). *O Insucesso em Matemática no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio Ifb- Campus Planaltina*. Santarém
- Ferreira, N. S & Aguiar, M. A. (2004). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos (Orgs)*. (4ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Fortes, N. (2000). *Salas numerosas: espaço de conhecimento ou informação?* Campinas: Alínea, Disponível a 6 de Fevereiro de 2025 <https://megaleitores.com.br/.../o...fortes/salasnúmerosas.../7852962>Girardi, J. de
- Franco, C & Bonamino, A (2005). *A pesquisa sobre característica de escolas eficazes no Brasil: breve revisão dos principais achados e alguns problemas em aberto*. Educação On-Line: Revista do Programa de Pós-graduação em Educação. n. 1, PUC-Rio
- Freire, P (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa* (Coleção Leitura). São Paulo: Paz e Terra.
- Gagno, R. R. & Schane, R. (2012). *O Conselho de Escola como parceiro na compreensão de parâmetros e indicadores de qualidade na educação*. Curitiba: UTP /SME
- Gaikoski, M. M., Borges, L. M., & Tosta, K. C. B. (2010). *As relações entre as leituras prévias e o Desempenho acadêmico: Um estudo de caso*. Universidade Federal da Santa Catarina. Disponível a 12 de outubro de 2024. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96829/A%20RELA%C3>
- Goldim, J. R; Francisconi, C, F, de M; Raymundo, M, M. (2003), *O processo de consentimento livre e esclarecido em pesquisa: Uma nova abordagem*. Trabalho realizado no hospital de clínicas do Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Revista Assoc Med Bras Vol. 49, n. 3 (abril 2002), p. 372-375
- Gonçalves, A. C. P. (2011). *Educação, modernidade e crise ética em Moçambique*. Maputo: Dondza Editora.
- Ibrahim N, M & Machado, J. (2014). *Conselho de escola como espaço de participação da comunidade*. Disponível em <http://reid.ucm.ac.mz/index.php/reid/article/view/24>
- Ibraimo, M. N. (2014). *O conselho de escola como espaço de participação da comunidade*. Tese. Universidade Católica. Doutor em Ciências da Educação.

- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia Científica* (5ª ed.). Atlas.
- Lemmer, E. (2006). *Educação contemporânea – questões e tendências globais*. Maputo: Textos Editores.
- Libânio, J. C. (2013). *Organização e Gestão de Escola: Teoria e Prática*. 5ª Edição revista e ampliada
- Luce, M. B. & Medeiros, I. L. P (2008). *Gestão Democrática Escolar*. Disponível a 20 de Fevereiro de 2025 em <http://www.portalecucacao.com.br/pedagogia/artigos/2666/gestao-democratica-escolar>
- Lück, H. (2000). *Perspectivas da Gestão escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores*. Em Aberto. Brasília, v.17, n.72, (pp.11-33).
- Lück, H. (2009). *Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências*. Rio de Janeiro. Editora Vozes. Petrópolis.
- Luck, H. (2010) *A escola participativa: trabalho do gestor escolar*. 8. ed. Petrópolis: Vozes
- Luiz, M. C & Conti, C (2010) *O papel dos Conselhos de Escola no Sistema Municipal de Ensino*.
- Macedo, R. M (1994) *A família diante das dificuldades escolares dos filhos*, petropolis, Vozes
- Maffezzolli, E. C. F., & Boehs, C. G. E. (2008). *Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa*. Revista da FAE, 11 (1) 95-110. Curitiba:PR.
- Medeiros, A. & Oliveira, F. F (2008). *Conselho Escolar: mecanismo de democratização ou burocratização?* Volume 12, nº1. Disponível a 15 de Maio de 2025 em http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories
- Mendes, S. (2006). *Educação e desenvolvimento: as consequências do abandono escolar precoce na inserção na vida activa - estudo de caso sobre o ensino básico no concelho de Beja*. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em

Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão. Instituto superior de ciências do trabalho e da empresa.

Ministério da Educação e Cultura (2008) *Diploma Ministerial n.46/2008 de 14 de Maio*. Maputo.

Ministério da Educação e Cultura (2008). *Plano Estratégico do Sector da Educação (PEE II) para o período de 2007–2009*. Maputo: MEC.

Moçambique (1992) Lei n.º6/92, de 6 de Maio (1992). Dispõe sobre os princípios fundamentais do Sistema Nacional de Educação, reajustando a Lei no 4/83 que aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação. Maputo. 1992. Recuperado em 29 Setembro, 2018, de <http://wwwmec.gov.mz/Legislacao/Legislacao/Lei%20%20do%20Sistema%20NacionalL>

Moçambique (2003). *Diploma Ministerial no 54/2003, de 28 de Maio*. MINED, Maputo

Moçambique (2010). *Relatório do estudo holístico da situação do professor em Moçambique*. Moçambique.

Moçambique (2015). *Manual de Apoio ao Conselho de Escola Primária*. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

Moçambique (2018) Lei 18/2018 de 28 de Dezembro que revoga a Lei do Sistema Nacional de Educação de 1992, Recuperado em 29 Setembro, 2018, de <http://wwwmec.gov.mz/Legislacao/Legislacao/Lei%20%20do%20Sistema%20NacionalL>.

Moçambique (2020-2029). Por uma Educação Inclusiva, Patriótica e de Qualidade

Momade, H. K. M (2020) *Análise da Contribuição do Conselho de Escola (CE) na Melhoria do Aproveitamento Pedagógico dos alunos: Caso da Escola Primária Completa Inhagoia "B", Maputo - Cidade (2017-2019)*, [http://monografias.uem.mz/bitstream/123456789/3113/1/2020%20-%20Momade%2C%20Herma%20K%20-%20Cidade%20\(2017-2019\).pdf](http://monografias.uem.mz/bitstream/123456789/3113/1/2020%20-%20Momade%2C%20Herma%20K%20-%20Cidade%20(2017-2019).pdf)

Monteiro, M. A. M. (2015). *A Família, Uma Estratégia Para o Sucesso Escolar: Estudo de Caso com alunos do 2.º ano do 1.º CEB*. Projecto Submetido como Requisito para

obtenção do Grau de Mestre em Didáctica das Ciências da Natureza e da Matemática. Porto.

Munguambe, B. M. (2019) *Análise da contribuição do conselho de escola na gestão pedagógica, o caso da Escola Primária 4 de Outubro*, <http://www.repositorio.uem.mz/handle258/747>

Nhanice, J. B. (2013). *O Papel do Conselho de Escola na Gestão Democrática da Escola Básica: as lições da experiência das Escolas Primárias Completas” 3 de Fevereiro” da Cidade de Maputo e “29 de Setembro” do Distrito de Marracuene*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Eduardo Mondlane, Maputo. Disponível em <http://www.repositorio.uem.mz/bitstream/123456789/236/1/2013%20-Nhanice%2C%20Jos%C3%A9%20Bambo%20.pdf>

Oliveira, D. B. (2000). *Conceito e Educação*. Disponível a 9 de Dezembro de 2023 em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAATI8AJ/conceito-educacao> [Consultado 14/03/2025]

Pacheco, M. B & Andreis, G. S. L. (2017). *Causas das dificuldades de aprendizagem em Matemática: percepção de professores e estudantes do 3º ano do Ensino Médio*. Campus

Palate, C. L (2019) *A Participação dos Membros do Conselho de Escola no Processo de Tomada de Decisão: Estudo de Caso da Escola Primária Completa de Magoanine*, <http://monografias.uem.mz/handle/123456789/2598>

Paro, V, H. (2002). *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática

Pereira, A. K; Pires P S e Pinto A (2014) *Pesquisas de Avaliação e Confidencialidade da Informação: Limites e Conflitos*, Revista Brasileira de Monitoramento e avaliação | número 7 | Janeiro-Junho, [REVISTA_RBMA_07_katia_final_press.indd](#)

Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia de trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico*. 2ª Edição: Brasil. FEEVALE

Richardson, R. J. (2009). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (3ª ed.). Atlas, S.A

- Sampieri, R. H.; Collado, C. F., & Lúcio, M. D. P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa* [5ª ed.]. Editora Porto Alegre.
- Silva, A. L. C.; Farias, J. & Rothen, J. C. (2010) A participação da RBPAE na construção do discurso da gestão democrática na educação. III Congresso Ibero-americano de política e administração da educação, ANPAE. Zaragoza, Espanha
- Silva, P. (1994) *Relação Escola-Família em Portugal: 1974-1994 Duas Décadas, um Balanço*. Inovação, Vol. 7, nº 3,.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Pactor.
- Souza, F. S. & Santos, H. M. (2015). *Manual de conselho de escola. Secretaria Municipal de Educação de Manaus*. Manaus.
- Tamele, C.E e Zimbico, O.J (2019), *Recuo ou avanço da democratização da escola básica em moçambique? uma reflexão a partir do manual de apoio ao conselho de escola de 2015*, Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 19, n. 53, p.19-27 set./dez. 2024. Disponível em <https://revistas.utp.br/index.php/a>
- Thiollent, M. (1988) *Metodologia da Pesquisa-acção*. 4. ed. São Paulo: Cortez
- Triviños, A, N, S. (2010) *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, p. 175.
- Veiga, I. P. (2006). *Ensino e avaliação: uma relação intrínseca à organização do trabalho pedagógico*. “Didáctica”. Campinas, SP: Papirus.

Anexo



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

Faculdade de Educação

Exmo. Senhor Director
Escola Primária Completa Acordos de Roma

Maputo

N.Rep 406 / FACED / 25

Maputo, 15 de Abril de 2025

Assunto: **CREDENCIAL**

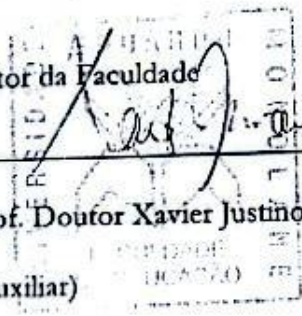
Para ser apresentada na Escola Primária Completa Acordos de Roma, declara-se que Iraneth Félix Abdala Maquico é estudante do curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação da Universidade Eduardo Mondlane, pretende fazer a recolha de dados na escola onde V.Excia dirige, sob o tema "Papel do Conselho da Escola no Aproveitamento Escolar dos alunos" com a finalidade de elaboração do trabalho de conclusão dos seus estudos, como parte do cumprimento do Plano Curricular.

Sem outro assunto, aproveitamos a ocasião para endereçar a V. Excia. os nossos melhores cumprimentos.

O Director da Faculdade

Prof. Prof. Doutor Xavier Justino Muianga

(Prof. Auxiliar)





UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

Introdução: Contextualização do estudo e seus objectivos

Dados pessoais e profissionais

1. Que factores podem influenciar no aproveitamento escolar dos alunos da Escola Secundária Eduardo Mondlane?

- a) Práticas pedagógicas dos professores () b) recursos didacticos () c) infra-estruturas escolares () d) condições socioeconómicas dos alunos () e) Clima organizacional escolar f) Outros () Mencione

2. De que forma tais factores influenciam no aproveitamento escolar dos alunos da Escola Secundária Eduardo Mondlane?

- a) Falta de interesse pelo PEA () b) Dificuldades de assimilação das matérias por parte dos alunos () c) Absentismo do aluno d) Abandono escolar () e) Outros () Mencione

3. Quais são as práticas pedagógicas privilegiadas pelos professores da Escola Secundária Eduardo Mondlane durante o PEA?

- Aprendizagem centrada no aluno () Métodos expositivos () Métodos e estratégias diversificada

4. Que recursos a escola dispõe atinentes a bom no aproveitamento escolar dos alunos da Escola Secundária Eduardo Mondlane dos alunos?

a) Biblioteca () b) Laboratório () c) Sala de informática () d) Campo de jogos ()

e) Outros () Mencione _____

5. Como professor, o que tem feito para os alunos obter um bom aproveitamento escolar?

a) Incentivo à aprendizagem () b) diálogo permanente com a escola () c) avaliação e controlo do educando () d) Bónus face a bons resultados ()

6. Que mecanismos os professores recorrem para a resolução de problemas que se reflectem no mau aproveitamento escolar dos alunos?

a) Atendimento especial aos alunos com mau desempenho () b) Reforço da ligação com pais e ou encarregados de educação dos alunos com mau desempenho () c) Oferta de aulas particulares de explicação () d) Indiferença () e) Outros () Mencione ()

7. De que forma professor tem procedido em caso de uma turma ou classe apresentar baixo aproveitamento escolar comparativamente às demais turmas?

a) Partilha de experiências entre colegas () b) Solicitação de ajuda para superação das suas lacunas () c) Reforço de aulas não bem assimiladas () d) Estudos orientados

e) Acompanhamento individualizado aos alunos fracos ()

8. Como tem sido a participação dos actores educativos na gestão pedagógica da escola?

9. Como ocorre a planificação de aulas nesta escola?

10. Os professores gozam de alguma autonomia pedagógica? Se sim, em que consiste?

11. Qual tem sido a reacção da direcção da escola quando os professores optam pela inovação pedagógica?

12. Como se tem procedido quando o professor apresenta baixo nível de desempenho pedagógicos dos alunos comparativamente aos outros professores

13. Alguma vez o conselho da escola teve uma formação ou capacitação sobre sua actuação na área pedagógica?

14. Se sim, que matérias foram abordadas?

15. A luz dessa formação, que intervenção já realizou na escola visando a melhoria do aproveitamento escolar dos alunos?

16. E o que determina a intervenção do conselho da escola no aproveitamento escolar dos alunos?

17. E como foi encarregada por outros actores educativos?



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Carta de consentimento

Aos membros do conselho da escola

Iraneth Félix Abdala Maquico, estudante do curso de Organização e Gestão da Educação, estando prestes a concluir o curso na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, propõe-se a realizar uma pesquisa, cujo pano de fundo é o papel do conselho da escola no aproveitamento escolar dos alunos: Caso da Escola Primária Completa Acordos de Roma, supervisionado por Doutor Octávio Zimbico.

Na presente carta, consta do anexo um questionário relacionado ao tema em estudo. Assim, pede a sua colaboração, respondendo às perguntas, que o integram. No caso de dúvidas, contacte-a pelo seguinte endereço electrónico: iranethfelix@gmail.com ou pelo número: 842748250.

A informação recolhida será de uso exclusivo na elaboração da monografia para a conclusão do curso de organização e gestão da educação.

Se concorda em cooperar, de forma voluntária, no estudo, por favor, assinale com X as frases seguintes:

Confirmando que li e percebi a informação constante deste documento e concordo em participar na pesquisa ();

Tive a oportunidade de ponderar a respeito da informação constante deste documento, identificando-me com ela, respondi, integralmente, o questionário ();

A minha participação, nesta pesquisa, é voluntária ()

Apoio o destino declarado, que se pretende dar à informação, que fornecerei ()

Assinatura
Artem A. Inguane
data 13/11/2025